

Feminismo e marxismo: 40 anos de controvérsias*

Andrea D'Atri**

Resumo:

O presente artigo aborda o debate entre feminismo e marxismo, com ênfase para o feminismo radical, que desde os anos 70 tem ajudado a pautar as discussões em torno da emancipação das mulheres. De um ponto de vista trotskista, procura-se apontar as contradições daquela corrente de pensamento e reafirmar a necessidade de uma revolução social como condição para superar a exploração que recai sobre os trabalhadores e, em particular, sobre o gênero feminino.

Palavras-chave: Feminismo. Marxismo. Capitalismo. Revolução.

Marxismo e feminismo são uma só coisa: marxismo.

Heidi Hartmann e Amy Bridges

Uma revolução não é digna do nome se com todo o poder e todos os meios de que dispõe não é capaz de ajudar a mulher – dupla ou triplamente escravizada, como no passado – a superar e avançar pelo caminho do progresso social e individual.

León Trotsky

Desde o que se convencionou chamar “a segunda onda” do feminismo, as controvérsias desta corrente com o marxismo estiveram na ordem do dia. Não podia ser diferente: se o feminismo da primeira onda teve como interlocutor privilegiado o movimento revolucionário da burguesia – discutindo seus parâmetros de cidadania e direitos do homem que não incluíam as mulheres na classe em ascensão –, o dos anos 70 dialogou – e nem sempre bem – com o marxismo, abordando questões que vão desde a relação de opressão e exploração até a

* Publicado na *Revista Lucha de clases*, n. 4, 2004. *Lutas Sociais* agradece à autora pela permissão de traduzi-lo para o leitor brasileiro. Tradução de Ramon Casas Vilarino, professor do Depto de Política da PUC-SP e da Faculdade Sumaré, pesquisador do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais (NEILS/PUC-SP).

** Responsável pela seção *Mujer* do periódico eletrônico de informação alternativa *Rebelión* www.rebelion.org. Dentre muitos trabalhos lançados no Brasil, encontram-se: *Pão e Rosas - identidade de gênero e antagonismo de classe no capitalismo* (2008) e *Lutadoras - histórias de mulheres que fizeram história*, (2009), ambos publicados pelas Edições ISKRA, São Paulo. End. eletrônico: andreadatri@gmail.com

reprodução dos valores patriarcais no interior das organizações de esquerda e o fracasso dos chamados “socialismos reais”.

Nesse período, os esforços teóricos do movimento feminista foram na direção de unificar classe e gênero com a intenção de subsumir a análise sobre as mulheres nas categorias marxistas ortodoxas. “Algumas feministas sustentavam que o gênero era uma forma de classe, enquanto que outras afirmavam que se podia falar das mulheres como classe em razão da sua posição dentro da rede de relações de produção `afetivo-sexuais`”. (Benhabib y Cornell, 1990).

Isso estava baseado no fato que a maioria das teóricas feministas radicais provinha das fileiras da esquerda¹

e mais especificamente da esquerda marxista. O feminismo radical se desenvolve como um enfrentamento com a esquerda ortodoxa. (...) Assim, apontam uma série de problemas nas concepções marxistas sobre a opressão da mulher, substituindo-as pela tese central de que a mulher constitui uma classe social. Em resposta a esta tese se desenvolve o feminismo socialista que procura combinar a análise marxista de classes com a análise sobre a opressão da mulher. Num sentido mais geral, foi o que se denominou a relação entre a sociedade patriarcal e a sociedade de classes (Astelarra, 1984).

Outras autoras assinalam o mesmo “desencanto com o socialismo que surgiu da revolução [o que] deu impulso ao surgimento da teoria feminista” (Weinbaum, 1984)². Inclusive, defendem que foi a análise de Kate Millet (1969), em sua reconhecida obra *Sexual Politics*, que permitiu ao feminismo radical chegar à conclusão de que “era necessária uma revolução para mudar o sistema econômico, porém, insuficiente para liberar a mulher” (Weinbaum, 1984)³.

Se estas interlocuções eram iniludíveis é porque o feminismo, como movimento que aspira à emancipação das mulheres de toda opressão, deve necessariamente dialogar com as correntes teóricas e políticas que expressam as

¹ “Ainda que o feminismo radical tenha uma origem de classe média, não pode ser assimilado com o feminismo burguês do século XIX. Na realidade, há muitas variantes do feminismo radical. Porém, a maioria delas provém de mulheres que militaram nos movimentos progressistas e esquerdistas, encontrando neles uma absoluta subordinação e uma falta de resposta a suas reivindicações.” (Astelarra, 2003).

² Referência ao desencanto produzido pela burocratização dos trabalhadores sob o regime stalinista.

³ No livro de Millet defende-se, tomando como exemplo a União Soviética sob regime stalinista, que uma revolução socialista pode dar lugar a uma contrarrevolução feminista. Conclusão superficial que parte de premissas errôneas, mas não difícil de entender tendo em conta que sob o regime de Stálin se proibiu o direito ao aborto, perseguiram-se os homossexuais e ergueu-se a família como célula básica do Estado, outorgando outros prêmios e medalhas às mulheres que tiveram muitos filhos.

tendências revolucionárias da época. É nesse sentido que o feminismo teve que eleger o marxismo como um interlocutor necessário – ainda que num enfrentamento agudo de posições divergentes –, como reconhecimento implícito de que a classe trabalhadora, a luta de classes e o socialismo são categorias que dão conta do modo de produção em que vivemos, baseado na exploração de milhões de seres humanos por poucos, os capitalistas. Este é o horizonte da discussão e das controvérsias suscitadas entre feminismo e marxismo, enquanto não desapareça a propriedade privada dos meios de produção.

Além disso, historicamente feminismo e marxismo nasceram no modo de produção capitalista, ainda que a opressão das mulheres e das classes seja anterior à exploração do trabalho assalariado. O desenvolvimento do proletariado e a destruição da economia familiar pré-capitalista se encontram na origem de ambas correntes de pensamento. Assim, quem aspira a acabar com a opressão, e não somente a obter prudentes elaborações teóricas abstratas de duvidosa capacidade emancipatória, deve dar conta disso, como fez o feminismo radical, o feminismo socialista, o feminismo materialista, o feminismo da igualdade, o da diferença e, inclusive, o pós-feminismo, num diálogo controverso e, também, em alguns aspectos e durante os últimos quarenta anos, frutífero. Quais são os eixos dessa controvérsia?

As feministas liberais prestaram pouca atenção sobre as origens da desigualdade sexual e defenderam que a sociedade “moderna” (quer dizer, capitalista), com seus avanços tecnológicos, suas riquezas e abundância e com o desenvolvimento da democracia como regime político, permitiria a luta pela equidade de gênero, que seria alcançada progressiva e gradualmente⁴.

As feministas radicais, pelo contrário, enfatizaram a existência da dominação masculina (patriarcado) em todas as sociedades existentes. Com esta visão, ainda que pareçam compartilhar com o socialismo a premissa de que no sistema capitalista é impossível alcançar a liberação humana, o certo é que se mostram céticas sobre a capacidade do socialismo para criar uma verdadeira democracia baseada na abolição da escravidão assalariada e sobre a qual possa assentar-se a emancipação definitiva das oprimidas e dos oprimidos.

Para o feminismo radical não haverá mudança social sem uma revolução cultural que a preceda. Cada um deve começar por mudar-se a si mesmo para depois mudar a sociedade. Daí a ênfase na constituição de organizações não hierarquizadas e espontâneas de mulheres, onde o objetivo central é a “autoconscientização” que revelaria o significado político dos sentimentos, as percepções

⁴ Paradoxalmente, os chamados pós-marxistas se inclinam a pensar mais nestes termos.

e as práticas naturalizadas na vida cotidiana. Este exercício de autoconsciência permitiria a liberação sexual e a criatividade que possibilitariam transformar as relações opressivas. Como assinala MacKinnon (1989): “... a conscientização é a expressão de sentido comum e definição crítica dos conceitos. [...] Através da conscientização, as mulheres compreendem a realidade coletiva de sua condição a partir de dentro, e não de fora, da perspectiva dessa experiência.”

Porém, tanto do ponto de vista teórico quanto do político, há diferentes setores dentro do feminismo radical. Há os que se vêem como parte e em aliança com outros setores do movimento socialista, até os que absolutizam a recuperação de uma cultura feminina, com valores próprios e, portanto, chegam até a propor políticas separatistas, com o objetivo de criar comunidades onde se recrie outra cultura, oposta à dominante, a que consideram masculina (patriarcal). Há os que sustentam posições teóricas acerca da mulher que beiram o essencialismo e o biologicismo, até os que aderem a posições materialistas economicistas que recaem em novos idealismos.

É a estas diversas correntes feministas que muitas autoras – entre as quais nos incluímos – denominam de feminismo radical, e com este último pretendemos debater, destacando alguns pontos controversos que se mantiveram no diálogo com o marxismo durante os últimos quarenta anos.

Capitalismo e patriarcado, um matrimônio bem sucedido (ou, porque a revolução socialista é necessária)

“Tanto as feministas radicais como as feministas socialistas estão de acordo que o patriarcado precede o capitalismo, enquanto que os marxistas crêem que o patriarcado nasceu com o capitalismo” (Eisenstein, 1984). Em palavras simples, Eisenstein assinala um dos mal-entendidos mais reiterados em relação ao marxismo pelas feministas. Apesar de fazer uma análise pormenorizada dos textos de Marx e Engels, nesse pequeno artigo a feminista socialista estadunidense termina com esse grosseiro erro de interpretação. Se a citamos não é pelo valor que tenha em si mesmo o pequeno parágrafo, mas porque é um dos sentidos comuns mais divulgados, o de que, para o marxismo, só existiria opressão patriarcal no sistema capitalista. Pelo contrário, Marx e Engels – este último, principalmente – insistiram na existência da opressão das mulheres em todas as sociedades com Estado – inclusive as pré-capitalistas –, vinculando o patriarcado à existência das classes sociais.

Engels afirma, ainda mais – em sua conhecida obra sobre a origem da família e com um tom que poderia considerar-se mais radical que o das feministas radicais, tendo em conta o momento em que escreveu – que

Pelo contrário, entra em cena sob a forma de escravização de um sexo por outro,

como a proclamação de um conflito entre os sexos, desconhecido até então na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx e por mim, encontro esta frase: ‘ a primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos.’ E hoje posso acrescentar: **o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a do sexo feminino pelo masculino.** A monogamia foi um grande progresso histórico⁵, mas, ao mesmo tempo, inaugurou juntamente com a escravidão e com as riquezas privadas a época que dura até hoje, onde cada progresso é ao mesmo tempo um regresso relativo e o bem estar e desenvolvimento de uns se dão às custas da dor e da repressão de outros. A monogamia é a forma celular da sociedade civilizada, na qual podemos estudar a natureza das contradições e dos antagonismos que alcançam seu pleno desenvolvimento nesta sociedade (Engels, 1989. Os grifos são nossos).

Dessa forma, se o mal-entendido subsistiu – e por tanto tempo – temos que buscar a razão disso. O certo é que, para o marxismo, patriarcado e capitalismo estabelecem uma relação diferente e superior à estabelecida nos anteriores modos de produção. Como afirma Celia Amorós: “O que é certo, especificamente no capitalismo, é que, como disse Rosa Luxemburgo, o capitalismo é um sistema de discriminação na exploração – ao mesmo tempo em que de exploração sistemática de toda forma de discriminação, poderíamos acrescentar” (1991).

Conforme a feminista espanhola, para as mulheres trabalhadoras a opressão introduz um incremento diferencial em sua exploração. Porém, ao contrário, há opressões que não somente não implicam como descartam a combinação com a exploração e, inclusive, convertem a mulher em integrante da classe exploradora (por exemplo, no caso de uma mulher casada com um burguês).

Como já afirmamos em outras oportunidades, o capitalismo arrancou a mulher do âmbito privado. Acabou com os desígnios obscurantistas da Igreja que naturalizavam o conjunto das mulheres como o “fogo” do lar⁶. Conseguiu

⁵ Como progresso, Engels refere-se à forma como a relação entre os sexos para a reprodução esteve associada ao desenvolvimento das forças produtivas e a novas relações sociais de produção na história da humanidade. Não há aqui uma valorização “ideológica” da monogamia, como se pode observar nos parágrafos seguintes e muitos textos em que tanto Marx quanto Engels criticaram o matrimônio e a família como instituições burguesas (ver Manifesto do Partido Comunista).

⁶ “Fuego del hogar”, no original, pode significar calor do lar, “fogo” do lar ou fogo da lareira. Nota do tradutor.

o desenvolvimento médico e científico que permitiu que, pela primeira vez, a separação entre a reprodução e o prazer pudesse ser efetivada. Ampliou o conhecimento sobre o aparelho reprodutivo feminino. Com o desenvolvimento da técnica e da maquinaria, desmitificou o princípio de tarefas, trabalhos e profissões masculinos ou femininos baseados nas diferenças anatômicas, além de converter ao alcance das mãos a socialização das tarefas domésticas. (D'Atri, 2004).

Porém, como assinalou Trotsky (1999) em outros termos, “o capitalismo foi incapaz de desenvolver uma só de suas tendências até o fim”. Isso significa que enquanto empurra as mulheres para o âmbito da produção, o faz com salários menores aos dos homens, para dessa forma pressionar também a redução do salário do conjunto da classe trabalhadora. Significa que, enquanto impulsiona a feminização da força de trabalho, o faz sem tirar das mulheres a responsabilidade histórica pelo trabalho doméstico não remunerado, colocando-lhes uma dupla jornada de trabalho; que enquanto diminui os prejuízos mais obscurantistas sustentados pelo clero e pelos fundamentalismos religiosos, a partir do desenvolvimento científico e técnico, se apóia na ideologia reacionária da Igreja para manter a submissão e o domínio terrestre em nome de uma futura liberdade no além; que enquanto desenvolve as máquinas de lavar, a industrialização de alimentos etc., mantém a privatização das tarefas domésticas para que, desse modo, o capitalista seja isento de pagar grande parte do esforço com o qual garante a reprodução da força de trabalho.

Muitas vezes se fala do progresso das mulheres nas últimas décadas. Inversamente, também no capitalismo, sob o qual se desenvolveram as maiores riquezas sociais pela humanidade em toda sua história, existem um bilhão e trezentos milhões de pobres, dos quais 70% são mulheres e meninas. As mulheres são as que mais sofrem as consequências dos planos de fome que impõem os organismos multilaterais e o imperialismo através e inclusive de seus melhores especialistas em “gênero e desenvolvimento”.

O capitalismo contém estes e outros paradoxos. Enquanto recria permanentemente sua própria sepultura, também cria, para as mulheres, as condições de alcançar uma igualdade de gênero nunca antes alcançada, porém, ainda proibida para milhões de mulheres exploradas no mundo.

Assim, pode-se concluir com outra controvérsia decorrente do diálogo entre marxismo e feminismo desde os anos 70: a situação em que vivemos sob o capitalismo parecia indicar que é necessária a revolução social para acabar com tanta injustiça, porém, a revolução proletária é suficiente para a emancipação das mulheres? O conhecido diálogo entre Bárbara Ehrenreich e Susan Brownmiller de 1976 se referia a esse dilema⁷. No diálogo entre as feministas norteamericanas, onde uma festejava a revolução celebrando as diferenças existentes entre uma

sociedade na qual o sexismo se expressa em forma de infanticídio feminino e uma sociedade na qual o sexismo toma a forma de uma representação desigual no Comitê Central, agregando que trata-se de uma diferença pela qual vale a pena morrer; a outra respondia que “um país que fez desaparecer a mosca tsé-tsé pode introduzir um número paritário de mulheres no Comitê Central por decreto” (Brownmiller, 1976).

Consideramos que nenhuma das duas responde à complexidade do problema colocado. Em primeiro lugar, porque, ainda que aparentemente o infanticídio feminino resulte de uma gravidade diferente da falta de representação feminina num governo, a solução a um dos problemas não é razão suficiente para deixar de ver o segundo. Porém, supor que séculos de opressão que pesam sobre o gênero feminino poderiam eliminar-se drástica e magicamente com decretos revolucionários é absurdo.

As feministas que defendem mudanças culturais no âmbito de uma nova contracultura não patriarcal desdenham a necessidade dessas mudanças quando aderem sem questionar aos regimes burocráticos que expropriaram a revolução das massas, ou então quando são impacientes diante da experiência do poder operário que transforma radicalmente a estrutura econômica e social e, pela primeira vez na história, permite às massas lançar-se de forma audaz à criação de novos valores e de uma nova cultura.

A ideia de que uma mudança profunda dos valores e da cultura é necessária não é um invento das feministas radicais dos anos 70. Lênin defendia em 1920 que a igualdade ante a lei não é igualdade frente à vida. Nós esperamos que os trabalhadores conquistem não somente a igualdade perante a lei, mas frente à vida, frente ao trabalhador. Para isso é necessário que as trabalhadoras participem mais da gestão das empresas públicas e na administração do Estado. [...] O proletariado não poderá emancipar-se completamente sem ter conquistado a liberdade completa para as mulheres (Lênin, 1920).

Já Trotsky, em 1923, escreveu seu célebre *Problemas da vida cotidiana*, onde discute, inclusive, o uso da linguagem chula, o baixo nível cultural das massas na União Soviética e sua relação com a situação de opressão das mulheres. Não foi à toa que os autores escreveram sobre tais questões. A teoria da revolução

⁷ Remete a um diálogo em particular, mas que é representativo das discussões entre feministas e marxistas e ainda entre as mesmas feministas em relação à revolução socialista e à emancipação das mulheres. O eixo central desse debate consiste em pensar se é necessário pronunciar-se e defender a revolução socialista incondicionalmente, inclusive quando não dê mostras de solucionar integralmente a questão da opressão de gênero, ou então, se é preciso desestimulá-la integralmente, uma vez que demonstra que não cumpre com este requisito.

permanente, cuja autoria pertence a León Trotsky, esboça entre outras questões o caráter permanente da revolução socialista como tal, quer dizer, como um processo de “duração indefinida e de uma luta interna constante, [no qual] vão transformando-se todas as relações sociais. [...] As revoluções da economia, da técnica, da ciência, dos costumes, se desenvolvem numa complexa ação recíproca que não permite à sociedade alcançar o equilíbrio” (Trotsky, 2000).

Não entendemos que a emancipação das mulheres esteja garantida automaticamente com a revolução socialista ou com algumas leis e decretos progressivos que possam levar a classe trabalhadora ao poder. No entanto, afirmamos que o oposto é correto. Por isso, contrapor a necessidade de uma mudança cultural a fim de transtornar o sistema capitalista desde sua raiz só pode servir ao objetivo de desestimular a ideia da revolução social. É nos estreitos limites do sistema capitalista que a emancipação dos oprimidos adquire o caráter de uma verdadeira utopia.

Acreditamos que todos os direitos formais que as mulheres conseguiram no capitalismo com nossa luta se convertem em letra morta se não se aponta a transformação do coração do sistema, baseado na mais abjeta das hierarquias, pautada em um punhado de pessoas viver à custa da exploração descarada de milhões de seres humanos. Apesar disso, não cremos que haja etapas necessárias obrigatórias na luta por nossa emancipação. Consideramos que enquanto lutamos por um sistema onde não existam a exploração nem a opressão, é nosso dever irrenunciável apoiar e tomar parte nas lutas das mulheres por melhores condições de vida possível ainda no capitalismo, pelos direitos democráticos mais elementares, inclusive em aliança com todos e todas que lutem por esses direitos – ainda que não compartilhem a ideia de que outro sistema de verdadeira igualdade e liberdade seja possível.

Hoje, porém, quando tantas mulheres se incorporam aos parlamentos e aos organismos multilaterais de “desenvolvimento” enquanto tantas outras morrem de fome, por abortos clandestinos e por bombas de urânio empobrecido, a reflexão se faz urgente e mais necessária que nunca. Por que não se trata de violência simbólica e, inclusive, porque a revolução cultural que reclama a maioria das feministas não pode se limitar a uma simples conversão das consciências e das vontades, já que o fundamento dessa opressão não reside nas consciências enganadas para o que bastaria iluminá-las, senão no que Pierre Bourdieu (2000) chama “uma inclinação modelada pelas estruturas de dominação que as produzem”. Algo que nos obriga a por em questão a necessidade de uma transformação radical das condições sociais de produção dessas inclinações. Por isso, acreditamos que não observar a relação estreita entre capitalismo e patriarcado a esta altura da história, além de miopia teórica, é cegueira política.

Uma discussão sobre o sujeito da emancipação, ou, o porquê da necessidade de unir as fileiras trabalhadoras na luta contra toda a exploração e opressão

Uma das controvérsias mais importantes é a que se refere ao sujeito da emancipação. São as próprias mulheres ou é a classe trabalhadora? Nessa dicotomia há extensos debates. Em nenhuma destas objeções se assinala o fato categórico da tendência à feminização da força de trabalho, que constitui as mulheres num dos setores mais explorados da classe trabalhadora, não somente porque pesam sobre elas os apuros de uma dupla jornada de trabalho – remunerada na fábrica e não remunerada no trabalho doméstico –, senão porque suas condições de trabalho são as mais precárias e de maior flexibilização.

Dito isso, então, a formulação mais precisa deveria ser: quem é o sujeito da emancipação das mulheres? As mulheres das distintas classes sociais estão associadas na base de seus interesses de gênero? Ou as mulheres da classe trabalhadora, associadas com os homens da mesma classe e conduzindo aliança com as mulheres oprimidas de outras classes subalternas é que devem acabar verdadeiramente com esta situação de opressão?

Para as marxistas, se a emancipação das mulheres não pode realizar-se sem a destruição do sistema capitalista, então, o sujeito revolucionário será o proletariado (o que inclui mulheres e homens). Porém, nesta luta específica, as mulheres trabalhadoras encabeçarão o combate pela sua própria emancipação e para que os homens de sua própria classe incorporem a luta contra a opressão no programa revolucionário das fileiras proletárias como um dos aspectos integrados à luta de classes mais ampla. Todos os exemplos históricos mostram a relação existente entre o desenvolvimento da consciência emancipatória e o sucesso de conquistas relativas nos direitos de gênero, com situações mais gerais da luta de classes. Há, também, exemplos contrários: como as situações mais reacionárias, de retrocesso da luta de classes, anteciparam e foram o marco de um retrocesso também agudo nos direitos conquistados pelas mulheres.

Muitas vezes as feministas discutiram que na esquerda vigora a ideia de que qualquer objeção sobre a opressão das mulheres romperia a unidade das fileiras trabalhadoras para enfrentar o inimigo de classe. De fato, trata-se de um prejuízo populista muito comum na esquerda. No entanto, parafraseando Marx, sustentamos que não se pode libertar quem também oprime. Porque não há possibilidade de que a classe que em si é revolucionária pela posição que ocupa nas relações de produção possa erigir-se na direção revolucionária do conjunto do povo oprimido, sem considerar também que existe a opressão em seu interior; que milhões de mulheres trabalhadoras e do povo pobre sofrem a humilhação, a submissão e o desprezo dos membros masculinos de sua classe. Por que nós, os

revolucionários, consideramos que cada vez que uma mulher é abusada, golpeada, humilhada, considerada um objeto, discriminada, submetida, a classe dominante se perpetua um pouco mais no poder. E a classe trabalhadora, por outro lado, se enfraquece. Porque essa mulher perderá a confiança em si mesma e em suas próprias forças. Atemorizada, passará a crer que a realidade não é passível de mudança e que é melhor submeter-se à opressão do que enfrentá-la e por sua vida em risco. A classe trabalhadora, por outro lado, se enfraquece, também, porque esse homem que golpeou sua companheira, que a humilhou, que a considerou sua propriedade, está mais distante que antes de transformar-se num trabalhador consciente de suas algemas, está um pouco mais longe de reconhecer que, na luta para romper seus grilhões, deve propor libertar toda a humanidade de sua cadeia e contar com todos os oprimidos como seus aliados.

Por essa razão, o programa do trotskismo defende o oposto ao que sustentam os populistas: se a unidade dos trabalhadores é necessária, então é imperioso erradicar os prejuízos contra os imigrantes, as barreiras que se levantam entre efetivos e terceirizados, combater a ideologia que impõe a repressão do adulto sobre o jovem e, nesse sentido, lutar decididamente contra a opressão das mulheres. Elas deverão deixar de ser “as proletárias do proletário”⁸, as pessoas submissas e consideradas objetos da propriedade do homem.

O programa do marxismo revolucionário enfatiza:

As organizações oportunistas, pela sua própria natureza, centram sua atenção nas camadas superiores da classe trabalhadora, e, por conseguinte, ignoram tanto a juventude quanto a mulher trabalhadora. Assim, o declínio do capitalismo acerta seus golpes mais fortes na mulher, como assalariada e como dona de casa⁹.

E culmina com o lema: Abram alas para a mulher trabalhadora!

Conclusões: revisionismo antifeminino versus marxismo revolucionário e emancipatório

As controvérsias seriam menores se, todavia, as diversas correntes do feminismo radical reconhecessem que, sob a denominação de marxismo, não se encontra uma corrente homogênea e monolítica. Para começar, há de se di-

⁸ Trata-se de uma expressão de Flora Tristan, escritora e ardente defensora dos direitos da mulher e da classe trabalhadora. Flora viveu na França no começo do século XIX.

⁹ Documento *A agonia do capitalismo e as tarefas da Quarta internacional*, mais conhecido como *Programa de Transição*. Foi concluído em 1938, dois anos antes do assassinado de León Trotsky por um agente stalinista.

ferenciar entre reformistas e revolucionários, algo que não é menos importante quando se trata da opressão das mulheres. Não cremos que seja casual, entre os movimentos dos trabalhadores que adotaram posições reformistas, que os problemas específicos da superexploração das mulheres tenham sido resolvidos a partir de uma tônica anti-feminina. Sem ir muito longe, é conhecida a história dos dirigentes sindicais britânicos, dos proudhonianos da I Internacional ou mesmo Lassalle, do Partido Trabalhista Alemão (pré-marxista), que questionavam a incorporação das mulheres à produção e, portanto, se manifestavam contrários a sua organização como trabalhadoras.

Na II Internacional, o mesmo revisionista Bernstein¹⁰ do Partido Socialdemocrata Alemão, defendeu a igualdade legal para a mulher, porém, se opôs com ataques satíricos à organização militante das mulheres trabalhadoras encabeçada por Clara Zetkin, aquela que, quando se dividiu o partido pela traição de seus mais altos dirigentes aos princípios de classe, se manteve na ala revolucionária¹¹.

Por outro lado, ninguém menos que Augusto Bebel, autor de *A mulher e o socialismo*, foi quem atacou com os mais duros epítetos misóginos a Rosa Luxemburgo, uma das maiores dirigentes – senão a maior – do proletariado revolucionário que se negou, astutamente, a dedicar-se às tarefas de organização da seção feminina – onde a ala direita queria confiná-la para não interferir no rumo revisionista – e, no entanto, participou dos Congressos Internacionais de Mulheres Socialistas com o objetivo de convencer as mulheres socialdemocratas de seu ponto de vista sobre a guerra mundial e suas críticas sobre o curso que tomava a direção do partido diante dos acontecimentos. Foram suas batalhas ineludíveis pelos princípios revolucionários que fizeram Bebel se referir a ela com as seguintes palavras: “Há algo raro nas mulheres. Se suas parcialidades, paixões ou vaidades entram em cena e não são consideradas ou até são desdenhadas, então até a mais inteligente delas se retira do rebanho e se torna hostil até o ponto do absurdo. Amor e ódio estão um ao lado do outro e não há uma razão reguladora”¹².

Para a ala reformista que logo sucumbiu ante o imperialismo na Primeira Guerra Mundial, Rosa Luxemburgo merecia ser tratada deste modo: “A cadela

¹⁰ Bernstein, atualmente reivindicado por Laclau e outros intelectuais que se autodenominam pós-marxistas, foi o primeiro a divulgar a ideia de que era possível chegar ao socialismo por meio de reformas no capitalismo.

¹¹ Referimo-nos à votação dos créditos de guerra no parlamento, o que acelerou a crise no interior do Partido Socialdemocrata Alemão, que se dividiu entre uma ala direitista revisionista e uma ala à esquerda que manteve os princípios do internacionalismo proletário e mais tarde integrou o reagrupamento internacional que deu origem à III Internacional liderada por Lênin.

¹² Carta de Bebel a Kautsky, 1910.

raivosa ainda causará muito prejuízo, ainda mais se lembrarmos que é ágil como um macaco”¹³. Por isso, não é estranho que Bebel tenha respondido: “Com toda a carga de veneno dessa mulher condenada, eu não quereria que ela não estivesse no partido”¹⁴.

Como afirmou Thonnessen

Há uma conexão íntima entre o anti-feminismo proletário e o revisionismo, assim como entre o movimento radical pela emancipação da mulher e a teoria ortodoxa socialista. O feminismo marxista levou a cabo uma luta contra o reformismo e o obreirismo de um lado, e contra o caráter limitado e elitista do feminismo burguês por outro (Thonnessen, 1969).

Essa “conexão íntima” entre o anti-feminismo e o revisionismo voltamos a encontrar no período da burocratização do Estado operário que surgiu da revolução de 1917. Sob o regime da burocracia stalinista, enquanto se fuzilava nos julgamentos de Moscou todos os bolcheviques da geração de Outubro e se perseguiram os opositores de esquerda acusando-os de “trotskistas”, enviando-lhes aos campos de concentração ou ao exílio, voltou-se a proibir o aborto na União Soviética, condenou-se a prostituição e se criminalizou a homossexualidade. Tudo isso foi acompanhado da reprodução dos estereótipos tradicionais das mulheres como mães dedicadas ao lar e do entronamento da família por meio da propaganda do Estado.

Foi o trotskismo que combateu a ideia stalinista de que com a conquista do poder, a sociedade socialista se consumava em 90%, advertindo sobre dezenas de problemas econômicos, sociais e culturais que não se podiam resolver mecanicamente e que incluíam, entre outros, as relações entre homens e mulheres. Foi Trotsky particularmente quem, muito antes das feministas radicais da segunda onda que concluíram que “o socialismo real era anti-feminista”, denunciou a situação das mulheres na União Soviética em sua reconhecida obra *A Revolução Traída*:

A condição da mãe de família, comunista respeitada que tem uma empregada, um telefone para fazer seus pedidos ao armazém, um automóvel para transporte, etc., é pouco parecida à da trabalhadora que faz compras, comida, leva seus filhos à escola. Nenhuma etiqueta socialista pode ocultar este contraste social, em nada menor que o que distingue em todo país ocidental a dama burguesa e a mulher proletária (Trotsky, 1938).

¹³ Carta de Adler a Bebel, 1910.

¹⁴ Carta de Bebel a Adler, 1910.

Enquanto Stálin declarou em 1936: “O aborto que destrói a vida é inadmissível em nosso país. A mulher soviética tem os mesmos direitos que o homem, porém, isso não a exime do grande e nobre dever que a natureza lhe guardou: é mãe, dá a vida”, Trotsky respondeu: “o poder revolucionário deu à mulher o direito ao aborto, um de seus direitos cívicos, políticos e culturais essenciais enquanto durem a miséria e a opressão familiar, digam o que disserem os eunucos e as solteironas de um e de outro sexo” (Trotsky, 1938). E, criticando os argumentos reacionários que a burocracia apresenta para retomar a proibição do aborto, acrescenta: “Filosofia de padre que dispõe, além disso, da mão do militar” (Trotsky, 1938).

Em 1926, sob o regime de Stálin, o matrimônio civil voltou a ser instituído como única forma de união legal. Mais tarde, foi suprimida a seção feminina do Comitê Central do PCUS e seus equivalentes em diversos níveis de organização partidária. Em 1934, não respeitar a família tornou-se conduta “burguesa” ou “esquerdista” aos olhos da burocracia. Em 1944 aumentaram as contribuições do Estado em forma de salário-família, criou-se a ordem da “Glória Maternal” para a mulher que tivesse entre sete e nove filhos e o título de “Mãe Heróica” para a que tivesse mais de dez. Os filhos ilegítimos voltaram a esta condição, que havia sido abolida em 1917, e o divórcio se converteu num trâmite custoso e cheio de dificuldades.

Em 1953, a legislação sobre os direitos da mulher da criança na União Soviética assinala que:

Cumpra demonstrar em detalhes que os interesses da mulher como mãe – com filhos ou futura mãe – estão mais bem assegurados quanto mais sólidas e constantes sejam as relações entre os casais. Garante, antes de tudo, tal solidez nas relações com a existência da família. A família assegura as condições normais para o nascimento e a educação dos filhos, cria as premissas mais favoráveis para que a mulher cumpra com seu nobre e alto dever social de mãe¹⁵.

Nada mais distante do pensamento dos revolucionários que, desde os tempos de Marx e Engels, divulgaram as verdadeiras origens e funções da família, denunciando a opressão que se exerce sobre as mulheres.

Essa é a tradição na qual nos inscrevemos. Podem debater cada um de nossos postulados, porém, para fazê-lo, deve-se partir do reconhecimento de que não aceitamos ser jogados junto com a água suja do stalinismo, a mesma corrente que massacrrou, encarcerou e perseguiu milhares de trotskistas, entre eles mulheres valentes como Eugenia Bosch, Nadejda Joffe, Tatiana Miagkova, etc.

¹⁵ Citado em D’Atri (2004).

Hoje, quem decida enfrentar este sistema de dominação deve, necessariamente, colocar-se a pergunta sobre qual é o sujeito capaz de empreender tamanha façanha. Esse sujeito, que para os marxistas é o proletariado, foi fragmentado e se encontra na defensiva nos últimos quarenta anos em que este debate entre marxismo e feminismo tomou lugar. Porém, essas condições começam a mudar relativamente.

Como dizia Trotsky, a burguesia não fez mais que transformar o mundo numa suja prisão. As lutas das classes subalternas, os povos e grupos oprimidos arrancaram conquistas, ainda que em meio a um sistema putrefato que funde cada vez mais milhões de pessoas na miséria. Porém, a tendência desse sistema de exploração, em última instância, é a degradação infinita dos oprimidos e explorados do mundo, enquanto alguns de umas poucas famílias concentram em suas mãos as riquezas que produzem os espoliados. Frente a esse quadro terrível, que é o fim último do capitalismo, “as reformas parciais e os remendos para nada servirão” (Trotsky, 1999).

Para nós que consideramos que estas afirmações encerram alguma verdade e que aspiramos à emancipação das mulheres e da humanidade toda, um renovado debate está novamente na ordem do dia, eximido dos mal-entendidos e aberto a honestas controvérsias. Neste debate, nós, marxistas revolucionárias, pretendemos expor nossas ideias não como um exercício acadêmico meramente teórico, mas com o objetivo de que as mesmas entusiasmem a nova geração com avidez pelas ideias revolucionárias e que penetrem na classe trabalhadora: a esses milhões de mulheres e homens que sofrem os grilhões da exploração capitalista e outras algemas, as menos visíveis, se vejam livres dos prejuízos que a ideologia dominante infiltra em suas consciências.

Bibliografía

- AMORÓS, Celia (1991). *Hacia una crítica de la razón patriarcal*. Barcelona: Anthropos.
- ASTELARRA, Judith (2003). *¿Libres e iguales? Sociedad y política desde el feminismo*. Santiago de Chile: CEM.
- _____. (1984). El feminismo como perspectiva teórica y como práctica política. In: *Teoría Feminista* (selección de textos). Santo Domingo: CIPAF.
- BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (1990). Más allá de la política de género. In: BENHABIB, Seyla e CORNELL, Drucilla (orgs.). *Teoría feminista y teoría crítica*. Barcelona: Alfons el Magnánim.

- BOURDIEU, Pierre (2000). *La dominación masculina*. Barcelona: Anagrama.
- D'ATRI, Andrea (2004). Presentación. In: *Pan y Rosas. Pertenencia de género y antagonismo de clases en el capitalismo*. Santiago de Chile: Universidad ARCIS.
- EISENSTEIN, Zillah (1984). Hacia el desarrollo de una teoría del patriarcado capitalista y el feminismo socialista. In: *Teoría Feminista* (selección de textos). Santo Domingo: CIPAF.
- ENGELS, Federico (1989). *El origen de la familia, la propiedad privada y el Estado*. México: Premiá.
- LENIN, Vladimir (1920). *A las obreras*, discurso.
- MACKINNON, Catharine (1989). *Hacia una teoría feminista del Estado*. Madrid: Cátedra.
- MILLET, Kate (1969). *Sexual politics*. London: Granada Publishing.
- THONNESSEN, Werner (1969). *The Emancipation of Women: the Rise and Decline of the Women's Movement in German Social Democracy 1863-1933*. Londres: Pluto Press.
- TROTSKY, León (2000). La revolución permanente. In: *La teoría de la revolución permanente* (comp.). Buenos Aires: CEIP.
- _____ (1999). El marxismo y nuestra época. In: *Naturaleza y dinámica del capitalismo y la economía de transición*. Buenos Aires: CEIP.
- _____ (1938). *La Revolución Traicionada*. Buenos Aires: Claridad.
- WEINBAUM, Batya (1984). *El curioso noviazgo entre feminismo y socialismo*. Madrid: Siglo XXI.